CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO, DO ESTADO DO PIAUI, POR INTERMÉDIO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE UNIÃO-PI E A EMPRESA E A ARAUJO DISTRIBUIDORA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI, pessoa jurídica de Direito Público Interno, regularmente inscrito no CNPJ n° 06.553.606/0001-30, com sede na Praça Barão de Gurguéia, n° 443, Bairro Centro, União-PI, por intermédio do **HOSPITAL DR. JOSE DA ROCHA FURTADO**, inscrito no CNPJ nº 18.488.308/0001- 93, com sede na Rua São Paulo, S/N, Bairro São Judas Tadeu em União-PI, neste ato representado pela Diretora Geral do Hospital, Sra. Juçara Gonçalves de Castro, inscrita no CPF nº 394.372.133-72, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **E A ARAUJO DISTRIBUIDORA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.771.150/0001-49, sediada na Rua Filomena Martins Nazareno Bringel, N° 834, Bairro: Parque Piaui I em Timon/MA, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada pelo Sr. Elias Almeida Araújo, portador de Carteira de Identidade sob o n° 3.423.940 SSP-PI e CPF n° 061.668.613-70, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 031414.013-2024, Pregão Eletronico 63/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato,mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DESCARTÁVEIS,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
2. Objeto da contratação:

ITEM	PRODUTO	MODELO	MARCA/ FABRICANTE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE I						
0001	ABACATE	IN NATURA	IN NATURA	350 KG	R$ 6,00	R$ 2.100,00
0002	ABACAXI, PORTE DE 01KG	IN NATURA	IN NATURA	500 UN	R$ 6,50	R$ 3.250,00
0003	ABOBORA	IN NATURA	IN NATURA	700 KG	R$ 4,00	R$ 2.800,00
0004	ALFACE NO MINO 5 FOLHAS	IN NATURA	IN NATURA	600 UN	R$ 1,70	R$ 1.020,00
0005	ALHO, CABEÇA TAMANHO MÉDIO	IN NATURA	IN NATURA	800 UN	R$ 1,25	R$ 1.000,00
0006	BANANA	IN NATURA	IN NATURA	7.000 UN	R$ 0,60	R$ 4.200,00
0007	BATATA DOCE	IN NATURA	IN NATURA	500 KG	R$ 3,00	R$ 1.500,00
0008	BATATA INGLESA	IN NATURA	IN NATURA	700 KG	R$ 7,00	R$ 4.900,00
0009	BETERRABA	IN NATURA	IN NATURA	500 KG	R$ 5,30	R$ 2.650,00
0010	CEBOLA BRANCA	IN NATURA	IN NATURA	800 KG	R$ 8,50	R$ 6.800,00
0011	CENOURA	IN NATURA	IN NATURA	550 KG	R$ 5,80	R$ 3.190,00
0012	CHEIRO VERDE	IN NATURA	IN NATURA	750 MÇO	R$ 1,79	R$ 1.342,50
0013	CHUCHU	IN NATURA	IN NATURA	350 KG	R$ 3,10	R$ 1.085,00
0014	COCO VERDE	IN NATURA	IN NATURA	400 UN	R$ 3,00	R$ 1.200,00
0015	COMINHO	IN NATURA	IN NATURA	50 KG	R$ 12,50	R$ 625,00
0016	ERVA DOCE	IN NATURA	IN NATURA	50 KG	R$ 24,99	R$ 1.249,50
0017	LARANJA	IN NATURA	IN NATURA	5.000 UN	R$ 1,00	R$ 5.000,00
0018	LIMÃO	IN NATURA	IN NATURA	300 KG	R$ 4,00	R$ 1.200,00
0019	MAÇÃ	IN NATURA	IN NATURA	1.000 UN	R$ 1,40	R$ 1.400,00
0020	MACAXEIRA	IN NATURA	IN NATURA	500 KG	R$ 5,00	R$ 2.500,00
0021	MAMÃO	IN NATURA	IN NATURA	400 KG	R$ 3,95	R$ 1.580,00
0022	MANGA	IN NATURA	IN NATURA	200 KG	R$ 6,00	R$ 1.200,00
0023	MELANCIA	IN NATURA	IN NATURA	2.500 KG	R$ 2,00	R$ 5.000,00
0024	MELÃO	IN NATURA	IN NATURA	400 UN	R$ 4,81	R$ 1.924,00

E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Assinado digitalmente por E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=MA, L=TIMON, OU=08714927000103, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=videoconferencia, CN=E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.06.02 10:50:53-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

0025	PEPINO VERDE	IN NATURA	IN NATURA	400 KG	R$ 3,10	R$ 1.240,00
0026	PERA	IN NATURA	IN NATURA	250 KG	R$ 13,00	R$ 3.250,00
0027	PIMENTA DE CHEIRO	IN NATURA	IN NATURA	150 KG	R$ 10,00	R$ 1.500,00
0028	PIMENTÃO	IN NATURA	IN NATURA	400 KG	R$ 6,00	R$ 2.400,00
0029	QUIABO	IN NATURA	IN NATURA	150 KG	R$ 7,50	R$ 1.125,00
0030	REPOLHO	IN NATURA	IN NATURA	300 KG	R$ 5,00	R$ 1.500,00
0031	TOMATE	IN NATURA	IN NATURA	800 KG	R$ 3,95	R$ 3.160,00
0032	UVA	IN NATURA	IN NATURA	300 KG	R$ 12,00	R$ 3.600,00
TOTAL DO LOTE						**R$ 76.491,00**
LOTE V						
0001	COPO DESCARTÁVEL 300 ML, COM TAMPA, COPO DESCARTÁVEL COM TAMPA ADAPTÁVEL, CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLÁSTICA (POLIESTIRENO).	COPO DESCARTÁVEL 300 ML, COM TAMPA, COPO DESCARTÁVEL COM TAMPA ADAPTÁVEL, CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLÁSTICA (POLIESTIRENO).	TOTAL PLAST/TOTAL PLAST	300 PC	R$ 14,00	R$ 4.200,00
0002	PAPEL FILME PVC TRANSPARENTE 45X300 MTS - ESPECIFICAÇÃO: PAPEL FILME PVC TRANSPARENTE 45X300 MTS	PAPEL FILME PVC TRANSPARENTE 45X300 MTS - ESPECIFICAÇÃO: PAPEL FILME PVC TRANSPARENTE 45X300 MTS	WYDA/WYDA	50 RL	R$ 27,00	R$ 1.350,00
0003	GUARDANAPO FOLHA SIMPLES BRANCO MACIO ABSORVENTE FORMATO MÍNIMO 23CM X 22CM, PACOTE COM 50	GUARDANAPO FOLHA SIMPLES BRANCO MACIO ABSORVENTE FORMATO MÍNIMO 23CM X 22CM, PACOTE COM 50	VIP PAPEIS/VIP PAPEIS	200 PC	R$ 1,75	R$ 350,00
0004	CAIXA DE FÓSFORO, TAMANHO MÉDIO, PACOTE COM 10 CX COM 400 FÓSFOROS	CAIXA DE FÓSFORO, TAMANHO MÉDIO, PACOTE COM 10 CX COM 400 FÓSFOROS	PARANA/PARANA	100 MÇO	R$ 2,75	R$ 275,00
0005	BOBINA DE SACO TRANSPARENTE MINIMO DE 5 KG	BOBINA DE SACO TRANSPARENTE MINIMO DE 5 KG	KROMASSA/KROMASSA	50 CNT	R$ 19,00	R$ 950,00
TOTAL DO LOTE						**R$ 7.125,00**
VALOR TOTAL						**R$ 83.616,00**

3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente detranscrição:
   1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
   2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de DispensaEletrônica, caso existentes;
   3. A Proposta do Contratado;
   4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – ENTREGA, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

1. O prazo de entrega do objeto, será de 10 (dez) dias, após a emissão da ordem de fornecimento;
2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.
3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento

CLÁUSULA TERCEIRA - SUBCONTRATAÇÃO

E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Assinado digitalmente por E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=MA, L=TIMON, OU=08714927000103, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=videoconferência, CN=E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.06.02 10:51:11-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO

1. PREÇO

a) O valor total da contratação é de R$ 83.616,00 (Oitenta e Três Mil e Seiscentos e Dezesseis Reais).

b) No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentesda execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

c) O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratadodependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2. FORMA DE PAGAMENTO

a) O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

b) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3. PRAZO DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado dentro da ordem cronológica de pagamentos após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, em até 30 (trinta) dias, após a apresentação das mesmas.

b) Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

c) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

4.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

b) Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para queemita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

c) O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o períodorespectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

d) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

e) A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidadede acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou àdocumentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

f) Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

g) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Assinado digitalmente por E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=MA, L= TIMON, OU=08714927000103, OU= Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU= videoconferencia, CN=E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.06.02 10:51:36-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

h) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
i) Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisãocontratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
j) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação juntoao SICAF.
k) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
l) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
m) O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementarnº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentaçãode comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento nem parcial, nem total,conforme as regras previstas no presente tópico.

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE

a) Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contadoda data da apresentação da proposta.
b) Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice relativos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
c) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

d) No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

e) Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

f) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

g) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índiceoficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

h) O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Além das obrigações contidas no termo de referência, são obrigações do Contratante:

d) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com ocontrato e seus anexos;

e) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

f) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou emparte, às suas expensas;

g) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

h) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo,

E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Assinado digitalmente por E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=MA, L=TIMON, OU=08714927000103, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=videoconferencia, CN=E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.06.02 10:51:55-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

i) Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

j) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção dasmedidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

k) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução doajuste.

1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 02 (dois) para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer danocausado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostosou subordinados

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.2. Além das obrigações contidas no termo de referência, são obrigações da Contratada:

a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa eperfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

b) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

c) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

d) comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como portodo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

h) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

i) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

l) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas oubens de terceiros.

m) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação,na contratação direta;

E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Assinado digitalmente por E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=MA, L=TIMON, OU=08714927000103, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=videoconferencia, CN=E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.06.02 10:52:15-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

n) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

o) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscaldo contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

p) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

q) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não sejasatisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

r) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, asnormas de segurança do Contratante;

s) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

t) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

u) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

v) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ouinstrumento congênere.

w) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

a) Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratadoque: der causa à inexecução parcial do contrato; der causa à inexecução parcial docontrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamentejustificado;
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação semmotivo justificado;
e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestardeclaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
f) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Assinado digitalmente por E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=MA, L=TIMON, OU=08714927000103, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=videoconferencia, CN=E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.06.02 10:52:31-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

j) Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas asseguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d,e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidademais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g,que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv. **Multa:**

1. moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobreo valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias, respeitando-se olimite mínimo de 0,5% da multa com base no valor do contrato, e percentual máximode 30%;

2. moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobreo valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservânciado prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia,respeitando-se o limite mínimo de 0,5% da multa com base no valor do contrato, e percentual máximo de 30%.

    1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato,no caso de inexecução total do objeto, respeitando-se o limite mínimo de 0,5% da multa com base no valor do contrato, e percentual máximo de 30%;

4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, aobrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)
5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor dopagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidadepara licitar ou contratar.
10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
b. as peculiaridades do caso concreto;
c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d. os danos que dela provierem para o Contratante;
e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas eorientações dos órgãos de controle.

11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos

E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000
Assinado digitalmente por E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=MA, L=TIMON, OU=08714927000103, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=videoconferencia, CN=E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.06.02 10:52:48-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data deaplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade paralicitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

a) O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que issoocorra antes do prazo estipulado para tanto.

b) Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

c) Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções

administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso,adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	00.04.02	HOSPITAL MUNICIPAL
FUNÇÃO	10	SAÚDE
SUB FUNÇÃO	302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
PROGRAMA DE GOVERNO	0005	HOSPITAL MUNICIPAL JOSE DA ROCHA FURTADO
PROJETO/ATIVIDADE	2040	MANUTENÇÃO DAS DO HOSPITAL MUNICIPAL
ELEMENTO DE DESPESA	33.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS	500 / 600	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS

b) A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da LeiOrçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

a) Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

a) Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Leinº 14.133, de 2021.
b) O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
c) Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133,de 2021.

E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Assinado digitalmente por E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=MA, L=TIMON, OU=08714927000103, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=videoconferencia, CN=E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.06.02 10:53:09-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

a) Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

a) É eleito o Foro União – PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termode Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

União – PI, 30 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br
JUCARA GONCALVES DE CASTRO
Data: 02/06/2025 12:43:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

HOSPITAL DR. JOSE DA ROCHA FURTADO
CNPJ: 18.488.308/0001- 93
JUÇARA GONÇALVES DE CASTRO
CONTRATANTE

E A ARAUJO DISTRIBUIDORA :42771150000149

Assinado digitalmente por E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=MA, L=TIMON, OU=08714927000103, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=videoconferencia, CN=E A ARAUJO DISTRIBUIDORA:42771150000149
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.06.02 10:53:28-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

E A ARAUJO DISTRIBUIDORA
CNPJ: 42.771.150/0001-49
ELIAS ALMEIDA ARAÚJO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-